

3º DIA DO JULGAMENTO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Teófilo Nhangumele: o "consultor" do projecto que mais tarde foi afastado por ordens de Filipe Nyusi



Créditos: Jornal Domingo

Considerado como sendo uma das peças-chave no esclarecimento do escândalo financeiro das "dívidas ocultas", Teófilo Nhangumele foi o segundo reu a ser ouvido, depois do seu amigo Cipriano Mutota. Depois de longa espera durante o dia, entrou na tenda por volta das 17h00 e em mais de duas horas desbobinou a sua versão, algumas vezes coincidindo com a fala do amigo Mutota e

outras vezes nem tanto. Pelo meio, não escondeu a sua revolta com Mutota, pessoa que o convidou a fazer parte do projecto e mais tarde o informou que seria afastado por não ser membro das Forças de Defesa e Segurança. Iniciou a longa intervenção jurando contar apenas a verdade e terminou com ameaças veladas a Marcelo Mosse, o primeiro jornalista que escreveu sobre o seu envolvimento nas "dívidas

ocultas" em 2019. E deu lições de como se tornar um milionário: "O funcionário do Estado que quer ser milionário, deve sair do Estado"

Entra no projecto pela mão de Mutota, o amigo que o convidou para o famoso encontro no Ministério da Ciência e Tecnologia, onde Jean Boustani fez uma exibição dos serviços da Abu Dhabi Mar. No mesmo dia, mas já à noite, foi de novo

convidado por Mutota para um encontro informal no Hotel Polana com Boustani, onde este voltou a falar dos serviços da empresa que representava e dos projectos implementados em alguns países, como Togo. “Boustani disse que os técnicos do Ministério da Ciência e Tecnologia não tinham entendido bem o conceito do projecto da Abu Dhabi Mar”.

Meses depois veio a Maputo a representante da Abu Dhabi Mar, a sul-africana Batsatsane Thlokoane, que reuniu com Nhangumele e Mutota. “Ela queria saber dos desenvolvimentos depois da apresentação que fizeram e nós dissemos que iríamos partilhar o projecto com entidades que estariam interessadas. Eu tinha contacto de Boustani e Batsatsane e falávamos sempre”. Nhangumele, que actuava como consultor, começou a contactar várias entidades do Estado para colher informações para o projecto. “Fomos ter com as autoridades marítimas e tivemos bons conselhos sobre a integração do sistema de vigilância marítima. Tivemos informações sobre a delimitação das fronteiras marítimas, um assunto crítico num contexto em que o país estava a descobrir reservas de gás”.

Depois da recolha de informações internas e da viagem a Durban para se informar da experiência sul-africana na vigilância e protecção marítima, a dupla sentou e desenhou o projecto. E chegou o momento da primeira reunião na Presidência da República. “Quando chegamos estavam lá os ministros da Defesa Nacional, do Interior, dos Transportes e Comunicações, das Pescas, das Finanças, e o director-geral do SISE. O Presidente da República entrou e disse: vocês chamaram-me, digam qual é o assunto. E o ministro da Defesa (Filipe Nyusi) disse: Nós temos um projecto de protecção da zona económica exclusiva e gostaríamos de apresentar ao Presidente”.

É quando entra em acção Nhangumele e Mutota: “apresentamos o nosso conceito, houve perguntas e contribuições e mandaram-nos reflectir sobre como fazer aquela operação de forma rentável e sustentável. Informei ao Boustani que estávamos a avançar. Ele gostava de saber que o assunto estava a ser tratado ao mais alto nível”. A dupla voltou a reunir com várias entidades com interesse na projecto: autoridades marítimas, Ministério dos Transportes e Comunicações, Instituto Nacional de Petróleo, Ministério das Pescas. “Enriquecemos o nosso trabalho e voltei a contactar Boustani porque não tinha em mente os custos dos meios. Começamos a quantificar os meios necessários para o sistema integrado de sistema de protecção, como 11 satélites, três avionetas de captação de imagens, 12 lanchas rápidas



Créditos O País

para intervenção e três fragatas. O custo eram 302 milhões de dólares”.

Vão à segunda reunião na Presidência e Nhangumele nota a ausência de dois ministros que tinham estado no primeiro encontro: ministros das Pescas e o das Transportes e Comunicações. Feita a apresentação, Armando Guebuza questiona: “como é que nós vamos financiar isio”. A pergunta era também dirigida ao Ministro das Finanças, Manuel Chang, que vai responder com reservas devido às limitações orçamentais. “Depois fui chamado para o Ministério das Finanças e lá estava António Carlos Rosário. Chang disse que seria difícil que o projecto fosse financiado e implementado pelo Estado, pelo que seria necessário criar uma entidade que iria contratar o financiamento”.

A dupla vai ao Ministério do Interior sondar a possibilidade de ter uma empresa que faria parte do projecto de protecção marítima. No encontro, Basílio Monteiro, actuando como representante do Ministério, informa que a empresa do sector, denominada DALO, precisava ainda de ser regularizada. “Fomos ao Ministério da Defesa Nacional e quem estava a dirigir a empresa Monte Binga era Victor Bernardo. Mutota tratou de comunicar aos seus superiores para termos uma empresa do SISE a integrar o sistema integrado de monitoramento e protecção da zona económica exclusiva”. Já tinham sido encontradas duas empresas do sector da Defesa e Segurança para formarem um “veículo” (ProIndicus) responsável pelo sistema integrado de vigilância e protecção da zona económica exclusiva,

Pelo meio há uma viagem à Alemanha para conhecer de perto os projectos e

serviços da Abu Dhabi Mar. “Fomos levados à embaixada da Alemanha para tratar dos vistos e notei a ausência de Mutota. Liguei para saber onde estava e ele disse que tu é que vais. Só mais tarde vim a saber que tinha tido uma infelicidade. “Quando fomos tratar dos vistos António do Rosário não estava, mas no dia da viagem vi-o no aeroporto da África do Sul. Fomos até Hamburgo e todos ficamos no mesmo hotel. Na outra margem víamos estaleiros e no dia seguinte fomos visitar, inclusive onde são fabricados os submarinos. Houve apresentações, perguntas, respostas, aprendemos muito”.

No dia seguinte fomos levados a uma zona que me pareceu protegida. A visita foi às 20h, a hora em que o satélite passava por Moçambique. “Vimos coisas incríveis, como um navio enorme a lavar tanques na nossa costa. Vimos a matrícula e o país de origem, toda a informação sobre o navio. Vimos dois navios que estavam a fazer transbordo de pescado. Ficamos a saber que diariamente mais de 200 navios passam pela costa moçambicana. Se esta sala pudéssemos ver aquelas imagens muitos mudavam de ideias em relação ao projecto”. Depois foram a Abu Dhabi para ver as instalações, escritórios e conhecer o dono do grupo Prinvest, Iskandar Safa, o homem simples e afável, nas palavras de Nhangumele. Nas duas visitas, a sul-africana Batsatsane Thlokoane esteve presente.

Depois das visitas, foram ao terceiro encontro na Presidência. “Desta vez não estava o ministro do Interior. Fizemos uma apresentação rica, tínhamos o custo do projecto, os meios necessários e tivemos contribuições. E a pergunta foi: onde vamos montar esses equipamentos porque

as bases navais foram todas destruídas. Chang disse que devíamos incluir no orçamento os custos das infra-estruturas, no valor de 20 milhões de dólares. E o orçamento subiu para 322 milhões de dólares. O Presidente sugeriu que optássemos por marcas de avionetas de domínio dos moçambicanos, isso para facilitar as manutenções. Era um modelo que a empresa CFM usava. O orçamento subiu para cerca de 360 milhões de meticais”.

A questão que se colocava era de financiamento. No segundo encontro com Manuel Chang, este teria os informados que podiam contactar também bancos estrangeiros. Nhangumele pede ao Boustani que ajudasse na identificação de bancos que poderiam financiar o projecto. “Ele contactou três bancos, incluindo o Credit Suisse, que mostrou interesse. Eles tinham uma representação na Tanzânia”. Na última apresentação na Presidência da República, a dupla já tinha quase todos os dados, estudo de viabilidade, dados de captação de receitas, demonstração de resultados. Os custos operacionais eram altos e só no sexto ano é que empresa poderia começar a produzir lucros e pagar dividendos aos accionistas. E p Presidente perguntou: “o que fazemos?” O ministro da Defesa Nacional respondeu: “estamos a pedir para avançar com este projecto. Nesse encontro estava Mutota, eu, Chang, ministro do Interior e o director-geral do SISE.

Próxima reunião é no Ministério da Defesa Nacional, onde participaram, além de Filipe Nyusi, o ministro do Interior, o director-geral do SISE e quadros das Forças de Defesa e Segurança. A agenda era confirmar as intenções das autoridades no projecto e a criação da empresa veículo. “Produzi o memorando e coloquei os nomes de todos que lá estavam, menos o

meu. Entreguei o documento ao Ministro da Defesa Nacional e notou que faltava um nome. E disse que eu devia incluir o meu nome. Assinamos o documento. Dias depois Mutota me chama para informar que ouviu dizer que eu seria afastado do projecto porque não era membro das Forças de Defesa e Segurança. Fiquei muito zangado com o meu amigo Mutota, pois eu era a pessoa que dedicava mais tempo e trabalho no projecto”.

Mesmo avisado do iminente afastamento, Nhangumele recebe a missão de produzir um documento para a Privinvest a confirmar o interesse do Governo no projecto. “Fui entregar o documento ao Ministro da Defesa Nacional. E o Ministro contou-me que seria afastado do projecto porque não era membro das Forças de Defesa e Segurança”. No mesmo encontro, Nyusi orientou ao Nhangumele que entregasse as pastas do projecto ao Henrique Mathaba, da Monte Binga, a empresa do Ministério da Defesa Nacional. A Credit Suisse manda para Maputo um formulário para conhecer o cliente. Levamos o documento para o Ministro das Finanças e ele orientou-nos que fossemos ter com Isaltina Lucas para ajudar-nos a preencher”.

Nhangumele disse que fez uma carta a informar que já não estava a trabalhar no projecto. Mas recebe uma solicitação de Boustani a pedir que ajudasse a delegação do Credit Suisse que vinha reunir com o Ministério das Finanças. “Fui e lá estavam pelo menos três representantes do Credit Suisse, a doutora Isaltina e um doutor Siteo, do notário privativo do Ministério das Finanças”. Terminada a reunião, vou para casa pois já tinha sido dispensado pelas autoridades moçambicanas em finais de 2012. Nesse momento já não falo com Mutota porque estou zangado com ele, apesar de reconhecer que não tinha

culpa. Eu continuo a falar com Boustani pois tinha um contrato de consultoria com a Privinvest”.

Nhangumele volta a ser contactado por Boustani para ajudar com as traduções a delegação da Privinvest no último encontro em que participou no Ministério das Finanças. Cruzo com António Carlos do Rosário – que ia ao mesmo encontro nas Finanças, e ele questiona o que estava a fazer naquele local, uma vez já tinha sido afastado do projecto. Eu disse que estava ali em nome de Boustani. Mesmo assim, António Carlos do Rosário insistiu que devia abandonar o local e quando ia sair fui travado por uma funcionária do Ministério das Finanças, a doutora Piedade, que pediu ajuda na tradução. Foi a última vez em que estive presente numa reunião sobre o assunto”.

E como recebe o dinheiro? Quando foi aprovado o projecto, fomos a Abu Dhabi para abrir as contas, mas para tal tínhamos que ter contrato de trabalho. Só assim conseguimos abrir as contas no banco e fomos ao seguro social. Depois de tratar os documentos, voltamos. Quem me informa que o dinheiro caiu em Abu Dhabi foi Bruno. Eu festejei, mas não tinha como confirmar isso. Tentei ligar para Boustani, mas ele não me atendeu. Bruno foi a Abu Dhabi e quando regressa confirma que o dinheiro estava nas nossas contas. Fui a Abu Dhabi e confirmei. Sentei com a minha esposa e disse que queria dar dinheiro ao Mutota, queria oferecer-lhe um valor para ele se orientar, mas a minha esposa disse que devia evitar isso. Mas depois de tanto tempo sem falarmos, Mutota liga-me a pedir um encontro em sua casa. E eu fui: “Teófilo, estou a ouvir que vocês ganharam dinheiro aí”, disse ele e eu confirmei. Perguntou sobre a sua parte e eu disse que ele não tinha contrato.

Defesa tenta travar transmissões em directo das sessões de julgamento

No terceiro dia do julgamento, as questões prévias voltaram a marcar o início da sessão e a atrasar a retoma da audição de Cipriano Mutota, o primeiro reu interrogado pelo tribunal. A defesa protestou contra a publicidade das sessões de julgamento, concretamente a transmissão em directo na rádio e na televisão. Rodrigo Rocha, advogado de Cipriano Mutota, entende que as transmissões em directo das sessões nas rádios e televisões põem em causa a segurança de Estado, uma vez que alguns réus são oficiais dos serviços secretos e o caso envolve assuntos sensíveis do Estado. A questão do bom

nome, a dignidade dos réus e o princípio de presunção de inocência também foram chamados à colação para protestar contra a publicidade das sessões de audiência e julgamento.

“O julgamento é público, não é isso que está em causa. Estamos a questionar a transmissão em directo. A captação de imagens poderia ser restringida a bem dos réus”, acrescentou Salvador Nkamati, advogado de Renato Matusse (antigo assessor político de Armando Guebuza). Mas o juiz da causa Efigénio Baptista deixou claro que não iria alterar a sua decisão que consta do despacho que marcou a data

do julgamento. “Eu ponderei muito sobre isso. Está em causa um assunto que lesou milhões de moçambicanos. As audiências continuam públicas, não vou alterar a minha decisão. A publicidade do julgamento pressupõe que o povo deve fiscalizar as actividades dos tribunais enquanto órgãos de administração da justiça”, disse o juiz da causa.

Na verdade, a Constituição da República, no nº2 do artigo 65, determina que “as audiências de julgamento em processo criminal são públicas, salvo quando a salvaguarda da intimidade privada, familiar, social ou da moral, ou ponderosas razões

de segurança da audiência ou de ordem pública aconselharem a exclusão ou restrição de publicidade". O Código do Processo Penal, no seu nº 1 do artigo 88, diz claramente que "é permitida aos meios de comunicação social, dentro dos limites da lei, a narração circunstanciada do teor de actos processuais que se não encontrem cobertos por segredo de justiça ou a cujo decurso for permitida a assistência do público em geral".

Às perguntas da defesa, Cipriano Mutota disse que, além da relação profissional, não tinha outro tipo de relação com o director-geral do SISE, Gregório Leão. Mas no primeiro dia de audição, Mutota assumiu que era sócio de Gregório Leão na empresa MULEPE. Aliás, MULEPE reflecte as iniciais dos nomes dos sócios da empresa, designadamente MU de Mutota; LE de Leão; e PE de Pene (Leonardo Pene, actual embaixador de Moçambique no Vietname). Sobre Bruno Langa, Mutota disse apenas que tiveram um encontro de café, e em relação a Armando Ndambi Guebuza, explicou que conheceu-o como uma pessoa que merecia protecção na qualidade de filho do Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança.

O oficial e director do Gabinete de Estudos e Projectos do SISE à data dos factos foi questionado sobre um acordo assinado entre as empresas MULEPE e Abu Dhabi Mar (empresa do grupo Privinvest), em Setembro de 2011. Perguntado se sabia quem assinou o acordo em nome da MULEPE, Mutota disse que não sabia. Mas quando confrontado com a sua assinatura, ele confirmou e disse que tinha havido confusão: "A MULEPE não estava envolvida no projecto. Houve uma tentativa de envolver uma empresa privada na



Efigénio Baptista, juiz da causa

relação com a Abu Dhabi Mar, mas isso foi desaconselhado. Houve uma confusão naquele acordo. Eu recebi o documento de Nhangumele e não sei quem fez chegar a Moçambique". A MULEPE detém uma licença mineira no Gilé, província da Zambézia, mas nunca explorou. "Uma das actividades que a MULEPE já desenvolveu foi a limpeza dos taques de combustíveis da empresa PETROMOC. Para fazermos esse trabalho tivemos que nos associarmos a uma empresa especializada".

Mutota diz que o projecto que ele e Nhangumele desenharam não foi implementado. "Não andou. A única expectativa que tinha era ver o projecto a ser implementado. Mas o projecto implementado foi apresentado por António Carlos do Rosário num conselho coordenador do

SISE. Houve plágio. Copiaram alguma informação o nosso trabalho". O seu projecto não previa a pesca de atum, pois o então Ministro das Pescas já havia alertado sobre os riscos de criar uma empresa do Estado para pescas. "Quando fomos pedir informações sobre as empresas do Estado ligadas à pesca, o Ministro Victor Borges reagiu: "Não me digam que vocês querem criar empresas de Estado para pescas. Se é isso não vos aconselho". Mesmo assim, criou-se a EMATUM. "Como pessoa que trabalhou no projecto, estou revoltado". Questionado porquê razão insistiu que a sua parte do dinheiro deveria ser pago em Moçambique, Mutota respondeu: "não tenho contas no exterior, gosto de receber dinheiro no meu país, sou patriota, por isso insisti que devia ser pago aqui".



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

